



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO PREDIAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 58/2022-DIMP/CGA/COGAF/DIRAD**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 . OBJETO**

1.1 Serviço de Análise de Qualidade de ar de acordo com a [RE 09 de 16 de janeiro de 2003](#). do Edifício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em Belém.

**2 JUSTIFICATIVA**

2.1 A qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização, portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas. O ministério da saúde através da Portaria nº 3.523/98 e a lei 13.589 de 04/01/2018, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de refrigeração artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos sob pena de graves sanções. A RE nº 9 estabelece os Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo. A Sudam conta com quase 200 splits e neste sentido precisa realizar a análise da qualidade de ar com intuito de termos uma panorama atual da qualidade do ar nos nossos diversos ambientes, propondo melhorias e com isso prevenindo doenças.

**3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O objeto desta contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 29 da Lei 14.133/2021.

3.2 Para esta contratação pode ser adotado o sistema de dispensa de licitação, na forma eletrônica, pois o valor estimado constante no item 6 deste termo de referência está abaixo do limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com inciso II do art. 4º da IN 67/2021 SG/ME. Além disso não haverá fracionamento de despesa, isto é, não haverá contratação de mesma natureza até o final do exercício que ultrapasse o valor teto, e todo serviço contratado foi projetado para atender toda a SUDAM neste período. Os serviços de Análise de ar são classificados com serviços comum de engenharia.

3.3 Os serviços de análise do ar devem ser realizados no complexo predial da SUDAM, conforme os locais determinados no **Anexo A**, sito a Tv. Antônio Baena 1113, CEP 66087-082, Bairro do Marco, Belém-PA.

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS.

### 4.1 Serviços de Análise do Ar.

4.1.1 A Contratada deverá, **semestralmente**, efetuar os procedimentos de avaliação e controle da qualidade do ar ambiental interior, descritos nas Normas Técnicas da Resolução RE nº 176, de 24 de outubro de 2000 e RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA/MS.:

#### 4.1.2 Análise da qualidade do ar de ambientes interiores

- Deverão ser realizadas coletas e análises da qualidade do ar em ambientes interiores de acordo com o que estipula as Normas Técnicas nº 001, 002, 003 e 004 contidas na Resolução RE nº 09/2003 da ANVISA, após a execução das respectivas coletas de material, cujas análises devem ser realizadas por laboratório de notória especialização em qualidade de ar, que emitirá laudo comprobatório do resultado encontrado, descrevendo as condições em que se encontram o ambiente em relação aos padrões referenciais estipulados na predita Resolução, propondo melhorias e correções caso haja desvios encontrados.
- Concluída as análises deverá ser emitido um relatório contendo os resultados e interpretações, traduzidas em termos acessíveis, de modo a indicar com precisão os níveis de aerobiocontaminação de cada ambiente analisado, devendo constar:
- Análise microbiológica do ar (qualitativa, quantitativa);
- Contaminação química (dióxido de carbono, fungos totais e aerodispersóides);
- Parâmetros físicos (temperatura, umidade e velocidade do ar);
- Serão realizadas 22 (Vinte e duas) coletas com análises semestralmente, ou seja, totalizando 44 (Quarenta e quatro) coletas com análises no ano.

#### 4.1.4 Apresentação de relatório técnico

- A CONTRATADA deverá fornecer Relatório de avaliação final da qualidade do ar com a devida assinatura por profissional com competência legal conforme preconiza a Resolução **RE 09/2003 da ANVISA E ABNT 10719**, devendo fornecer subsídios para as decisões do responsável técnico pelo gerenciamento do sistema de climatização, bem como, informar os procedimentos de correção adequados para os problemas encontrados e sugestões para a melhoria das instalações do sistema.
- Devido a grande quantidade de locais para análise, foi retirada uma amostra de 04 ambientes por andar para retratar a realidade do ambiente climatizado quanto a sua salubridade.
- A validade dos laudos serão de 06 meses após sua emissão.
- O prazo para o início da primeira coleta das amostras é de 30 ( Trinta) dias úteis, antes do término da validade da segunda medição referente ao ano de 2021 realizado em 03/06/2022 vinculado ao processo 59004.000589/2021-91, sendo o prazo para total para coleta e emissão do Laudo Conclusivo de 30 (trinta ) dias com apresentação de relatório. A segunda coleta deverá ser realizada no período dos 30 dias antes da perda de validade do primeiro laudo para que não haja descontinuidade do cumprimento da legislação.
- Cópias dos certificados de calibração de todos os instrumentos de medição, necessários à realização dos serviços, devem fazer parte do relatório.
- Emissão de laudos/relatório técnicos pelos responsáveis técnicos compatíveis com o que prega a RE nº 09 de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA, ou seja, *um profissional que tem competência legal para exercer as atividades descritas, sendo profissional de nível superior com habilitação na área de química (Engenheiro químico, Químico e Farmacêutico) e na área de biologia (Biólogo, Farmacêutico e Biomédico), em conformidade com a regulamentação profissional vigente no país e comprovação de Responsabilidade Técnica - RT, expedida pelo Órgão de*

*Classe*, o qual emitirá relatórios técnicos e medições dos serviços prestados, bem como informará de possíveis riscos e problemas identificados.

4.1.5 Dos serviços de de análises microbiológicas, físico-química e de diagnóstico da qualidade do ar, com emissão de laudo da qualidade do ar dos ambientes do prédio do edifício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em Belém, com mão de obra especializada na execução do serviço contratado. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**Anexo A -TABELA DE AMBIENTES A SEREM ANALIZADOS**

Serão realizados 22 pontos de análise de qualidade de ar conforme descrito abaixo:

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)	
Ambientes (Bloco C)	Quantidade
<b>1 – Ouvidoria</b> <b>2- CGTI sala principal</b> <b>3- Auditório (02 Pontos).</b> <b>4- CCM Eng.</b> <b>5- CPC</b> <b>6- Cogid</b> <b>7- COGEP S. DOS TÉCNICOS</b> <b>8- CGP</b> <b>9- CGA DIMP</b> <b>10- CGINF</b> <b>11- CGFIN</b> <b>12- AUDITORIA</b> <b>13- PROCURADORIA GERAL</b> <b>14- ASCOM</b> <b>15- AGI</b> <b>16- PONTO EXTERNO</b>	<b>17 Pontos</b>
<b>BLOCO E, I, D</b>	

Ambientes Críticos	Quantidade
1 – BIBLIOTECA ( 01 pontos) 2 – ALMOXARIFADO; ( 01 ponto ) 3 –ARQUIVO GERAL. (01 Ponto) 4 – GRÁFICA (01 Ponto) 5 – PONTO EXTERNO.( 01 Ponto)	05 Pontos

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1 São obrigações do contratante:

5.1.1 Colocar à disposição da CONTRATADA toda legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de

5.1.2 Facilitar e orientar a execução dos serviços contratados;

5.1.3 Prestar informações, atinentes ao objeto da contratação, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

5.1.4 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133;

5.1.5 Permitir à CONTRATADA o acesso a todas as áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste TR, desde que estes estejam devidamente identificados;

5.1.6 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, em até 10 dias úteis após o adimplemento da obrigação contratual;

5.1.7 Entende-se adimplida a obrigação quando apresentada após o aceite definitivo, a respectiva fatura acompanhada de Regularidade Fiscal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Regularidade perante o INSS e FGTS, todos os documentos devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e pelo gestor.

## 6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. **O valor estimado para a contratação dos serviços é de R\$ 4.525,18 (quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e dezoito centavos) Valor Anual , após pesquisa de preços junto às empresas do ramo.**

## 7. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

### 7.1 DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2 O acompanhamento da execução dos serviços ficará a cargo de um servidor ou servidores designados pela Diretoria de Administração e de seu substituto na hipótese de impedimento do primeiro, a quem incumbirá acompanhar a execução dos serviços, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

7.1.3 Aos Servidores designados caberá:

- a) Acompanhar a execução do contrato;
- b) O gestor vai Atestar a prestação dos serviços;
- c) Solicitar a CGA/COGAF a liquidação das faturas.

7.1.4 O serviço deverá ser atestado pela DIMP/CGA, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes neste termo.

7.1.5 O servidor da DIMP/CGA designado para acompanhar o serviço, formalizará a sua conclusão por meio da emissão do termo de recebimento definitivo, no prazo de cinco (5) dias úteis contados da data da entrega do relatório técnico devidamente assinado após o término do serviço prestado pela Contratada por semestre.

7.1.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

## **7.2 DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.2.1 O Contrato terá vigência por 1(ano) (doze) meses a partir da assinatura e publicidade.

7.2.2 As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária.

Plano de Trabalho (PT): 04122003220000001.

Fonte: [0100000000](#).

Elemento da despesa: 339039.

## **8 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DA INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL**

8.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

8.2 A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

8.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequência

indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência.

8.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- IV - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- V - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- VI - Indenizações e multas.

8.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.7 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

c) Advertência pela falta do subitem 17.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 17.1.1 a 17.1.12;

e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 17.1.2 a 17.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

VII - a natureza e a gravidade da infração cometida;

VIII - as peculiaridades do caso concreto;

IX - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

X - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

XI - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração

pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## 10 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1 Será obrigatório, no ato licitatório, como critério de habilitação a apresentação do atestado de capacidade técnica da empresa, comprovando que a empresa já prestou esse tipo de serviço (objeto da licitação).

10.2 Para comprovação de que a LICITANTE possui capacitação e experiência na execução do objeto deste instrumento, a empresa deverá, nos termos do Art. 37, inciso I, da Lei 14.133/21, juntamente com a documentação de habilitação necessária, apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

10.3 No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

10.4 A Fiscalização poderá exigir a comprovação da regularidade fiscal.

## 11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deverá providenciar , comprovação de responsabilidade técnica, expedida pelo órgão de classe correspondente, que deverá ser profissional **que tem competência legal para exercer as atividades descritas, sendo profissional de nível superior com habilitação na área de química (Engenheiro químico, Químico e Farmacêutico) ou na área de biologia (Biólogo, Farmacêutico e Biomédico), em conformidade com a regulamentação profissional vigente no país.**” relativa aos serviços objeto deste ajuste, devendo o comprovante respectivo ser apresentado ao responsável pelo acompanhamento do contrato no prazo de 30 (Trinta) dias Úteis, a contar da data da assinatura do contrato e sua publicidade, sob pena de aplicação da penalidade de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao caso.

## 12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 Após recebimento definitivo dos serviços, o gestor do contrato instruirá o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e encaminhará para o setor competente para pagamento.

12.2 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período de prestação dos serviços;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- O pagamento da obrigação deverá ocorrer até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

12.3 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

12.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 ) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	--

### 13 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 14 FERRAMENTAS , EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE

14.1 É de responsabilidade da Contratada o fornecimento, guarda e conservação das ferramentas e equipamentos necessárias para a realização dos serviços a contento.

14.2 A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, materiais, bem como encargos com transporte ( Diárias, passagens etc) e tudo o que mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços ora licitados.

14.3 A CONTRATADA deverá providenciar, para seus técnicos, todo e qualquer equipamento de proteção individual (EPI) necessário para a execução dos serviços elencados no termo de referência de contratação dos serviços, tais quais , capacetes, luvas, óculos, ou outros demandados para os serviços, e cuja inobservância da utilização ensejará a aplicação da sanção cabível.

### 15. A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ CONTER:

15.1. Nome da firma participante, com sua qualificação.

15.2. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

15.3. Assinatura do representante legal ou procurador devidamente constituído.

15.4. Indicação expressa do endereço para entrega de correspondência oficial.

15.5. Apresentação de habilitação jurídica: certidões (Receita Federal, INSS,FGTS, e CNDT) e parcial (Fazenda Municipal).

### 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será permitido haver subcontratação dos serviços.

## 17. EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

17.2 A extinção do contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência.

17.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

## 18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE ocorrerá, preferencialmente, via e-mail, tonando-se necessário que o destinatário sempre acuse o recebimento do e-mail, afastando possibilidade de problema com o envio e/ou entrega do e-mail.

18.2 Em caso de discordância existente entre as especificações de objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes no Termo de Referência prevalecerão sempre as últimas.

## 19. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1 A empresa deverá apresentar uma declaração que efetua práticas sustentáveis no âmbito de suas atividades operacionais e administrativas conforme modelo em ANEXO III.

### ANEXO I- INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. **A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS SERÁ MEDIDA POR MEIO DOS INDICADORES ESTABELECIDOS ABAIXO.**

1.1. Quando os indicadores resultarem em valor acima de 6 pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita no Termo de Referência.

1.2. A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, situação sujeita a sanções administrativas.

1.3. O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa, serão comunicados pelo fiscal do contrato, por meio de notificação formal, à então contratada, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar.

1.4. A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.

<b>INDICADOR</b> - Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme especificado no Termo de Referência
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no semestre
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Semestral. Durante a execução dos serviços
Mecanismo de cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência registrada no período
Faixas de ajustes no pagamento	Até 2,0 (dois) pontos, será pago 100% do valor correspondente aos serviços; De 2,1 a 4,0 pontos, será pago 97% do valor correspondente aos serviços; De 4,1 a 6,0 pontos, será pago 95% do valor correspondente aos serviços; e Acima de 6,0 pontos, será pago 90% do valor correspondente aos serviços.
Observações	

OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIA NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL
Deixar de Realizar os serviços nos prazos acordados	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2		
Oferecer os serviços com qualidade ou quantidade inferior à demandada.por ponto de coleta.		2		

Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.		1		
Deixar de entregar os relatórios de análise fora dos prazos exigidos no termo de referência.		1		
<b>Pontuação Total do Serviço</b>				

## ANEXO I

### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os preços discriminados abaixo se referem às atividades de realizar semestralmente a análise da qualidade do ar climatizado de acordo com a [RE 09 de 16 de janeiro de 2003](#). São 22 pontos por semestre, totalizando 44 pontos de coleta anuais.

<b>SERVIÇOS DE ANÁLISE DE QUALIDADE DE AR</b>			
<b>ITEM</b>	<b>Quantidade (Q)</b>	<b>Valor Unitário (U)</b>	<b>Valor Total (Q x U)</b>
Serviço de Análise de Qualidade de ar de acordo com a <a href="#">RE 09 de 16 de janeiro de 2003</a> .  Análise da qualidade do ar interior - Conforme ANVISA/RE 09/2003  a) Coleta de amostras de ar p/ pesquisa de fungos cfe NT 001  b) Medição de taxas de Dióxido de Carbono (CO2) cfe NT 002  c) Medição de Temperatura, Umidade e Velocidade do ar cfe NT 003  d) Monitoramento de aerodispersóides totais em suspensão NT 004	44	R\$	R\$

Total de serviços de Qualidade do ar	44		
<b>Valor Total (VTI)</b>	<b>R\$</b>	<b>Σ(Q x U)</b>	

## ANEXO II

(CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE ANÁLISE DE AR, DO EDIFÍCIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) EM BELÉM)

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E DO OBJETO LICITADO

Processo nº 59004.000645/2020-15.

Declaro, sob penas da lei, que possuo pleno conhecimento do objeto licitado e concordo com todas as exigências contidas no edital e anexos.

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ telefone: \_\_\_\_\_

Representante Legal \_\_\_\_\_

Local e data \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_  
RG do representante legal

\_\_\_\_\_  
CPF do representante legal

## ANEXO III

## DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

(nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ N.º : \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, para os fins de habilitação, DECLARA expressamente que:

1. Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE LEGAL**



Documento assinado eletronicamente por **Edimir Barbosa da Costa Junior, Engenheiro Mecânico**, em 07/06/2022, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Tavares de Sousa, Chefe de Divisão**, em 07/06/2022, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Silmara Maria Resque Rosa Goes, Coordenador-Geral**, em 14/06/2022, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Matos dos Santos, Diretor**, em 14/06/2022, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0431119** e o código CRC **99ED8F2F**.